



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 130/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- **Processo TCE nº 1664/2015.**

2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.

3- **Órgão:** Fundo Municipal de Habitação – FMH.

4- **Exercício:** 2014.

5- **Responsável:** Sr. Marcio Lima Noronha, Secretário Municipal Chefe da Casa Civil.

6- **Unidade Técnica:** DICAD/MA – Relatório Conclusivo nº 32/2015 (fls. 168/179).

7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3535/2015-MP-ELCM, da Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas (fls. 181/183).

8- **Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas. Fundo Municipal de Habitação – FMH. Exercício 2014.

Contas Regulares com Ressalvas. Recomendação ao FMH. Prazo. Notificação ao recorrente.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, inciso II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

9.1- À UNANIMIDADE, nos termos do voto do Exmo. Sr. Conselheiro-Relator, no sentido de:

9.1.1- Julgar regular, com ressalvas, a Prestação de Contas Anual do Fundo Municipal de Habitação-FMH, exercício de 2014, sob a responsabilidade do Sr. **Márcio Lima Noronha**, Secretário Municipal, nos termos do art. 71, II, c/c o art. 75 da Constituição Federal, art. 1º, II, c/c art. 22, II, da Lei Estadual nº 2423/96, e art. 188, §1º, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

9.1.2- Recomendar ao Fundo Municipal de Habitação que apresente demonstrativos mais detalhados, acompanhados de notas explicativas quando necessárias ao melhor entendimento dos fatos administrativos.

9.2- POR MAIORIA, nos termos do voto-destaque do Exmo. Sr. Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, no sentido de:

9.2.1- Aplicar multa ao Sr. Márcio Lima Noronha, no valor de **R\$ 3.000,00** (três mil reais), com base no artigo 53, parágrafo único, da Lei nº 2.423/96 – Lei Orgânica do TCE-AM;



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 130/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

9.2.2- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento das multas aos cofres da Fazenda Estadual, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 72, III da Lei nº 2423/96 c/c o art. 169, I do Regimento Interno deste Tribunal (Resolução nº 04/2002);

9.2.3- Notificar o Recorrente com cópia do Relatório/Voto e deste Acórdão para que tome ciência do decisório.

Vencido o Relator que não acolheu o Destaque, e o Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho que o acompanhou.

10- Ata: 4ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 17 de fevereiro de 2016.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral